



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 (CHAMADA PUBLICA)

O **MUNICÍPIO DO BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.262.713/0001-02, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará **CHAMADA PÚBLICA**, de acordo com o descrito neste edital e seus anexos, por intermédio da Comissão de Processamento e Julgamento, designada mediante **PORTARIA**, doravante designada como Comissão, da aquisição do objeto adiante descrito:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2026, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barra de Santo Antônio/AL.

LOCAL DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROJETOS DE VENDA:

Avenida Pedro Cavalcante, nº 617 – Centro - Barra de Santo Antônio-AL, CEP 57.925-000, na sala de reunião da Licitação ou por meio eletrônico conforme e-mail abaixo indicado.

PERÍODO DE CHAMADA PÚBLICA: DE 08/06/2026 ATÉ 06/07/2026, das 08:00h às 12:00 h

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS A PARTIR DE: 09/07/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA.

DIVULGAÇÃO DOS FORNECEDORES HABILITADOS DIA: 13/07/2026 AS 10:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA), ocasião em que os interessados deverão comparecer ao setor de licitações, situado a **Avenida Pedro Cavalcante, nº 617 – Centro - Barra de Santo Antônio-AL**, ou solicitar através do e-mail cplbarradesantoantonio@gmail.com, para conhecimento, e, se for o caso, manifestar intenção de interpor recurso até o final do dia supracitado. A Não manifestação de recurso na data mencionada, seja presencial, seja por e-mail, decairá o direito a apresentação do mesmo.

E-MAIL: cplbarradesantoantonio@gmail.com

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 11.947 de 16/06/2009, Resoluções FNDE/CD n.º 026/2013, 004/2015, 06/2020, 20/2020 e 21/2021, e Lei n.º 14.133/2021.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital e seus anexos encontram-se no Portal da Transparência do Município (disponível em: https://www.barradesantoantonio.al.gov.br/acesso_lai/1)

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.

ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, cujo secretário é a autoridade solicitante e o ordenador de despesas, utilizando recursos orçamentários do referido órgão e outras dotações consignadas ao Poder Executivo para fazer face às despesas da contratação.

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar
Av. Pedro Cavalcante 617, centro, CEP: 57925-000 Barra de Santo Antônio/AL
CNPJ: 12.262.713/0001-02



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

no ano letivo de 2026, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barra de Santo Antônio/AL;

1.2. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos, independentemente de transcrição:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos;

ANEXO II – DECLARAÇÃO REPRESENTANTE – PRODUÇÃO PRÓPRIA – conforme artigo 36, §3º, inciso VI, da Resolução FNDE/CD nº 06/2020, de 08/05/2020;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP/ANO E DECLARAÇÃO DE DAP PRINCIPAL (Quando Grupo Formal);

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE NORMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA C.F.;

ANEXO VI – MINUTA CONTRATO.

1.3. Das siglas pertinentes:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF
Declaração de Aptidão ao Pronaf	DAP
Programa Nacional de Alimentação Escolar	PNAE

2. DO VALOR E DA FONTE DE RECURSO

2.1. O valor global estimado para a presente contratação é **R\$1.454.941,50 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos);**

2.2. As despesas decorrentes do objeto da presente Chamada Pública correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

00.06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.006.4001 – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA

3.33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 1.552.000

3. DA PARTICIPAÇÃO DO CHAMADA PÚBLICA

3.1. Considerando o disposto no **art. 34 da Resolução/CD/FNDE nº 06/2020**, poderão participar da Chamada Pública o Grupo Formal, Grupo Informal e Fornecedor individual, para aquisição dos gêneros alimentícios conforme planilha anexa no Termo de Referência **ANEXO I** deste Edital.

4. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CHAMADA PÚBLICA

4.1. A Chamada Pública será conduzido pela Comissão de contratação do Município de Barra de Santo Antônio, em razão da especificidade do objeto e necessidade da realização de diligências externas, permitido através do artigo 8º, §2º da Lei 14.133/21, e terá, especialmente, as seguintes atribuições:

- a) Responder aos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital;
- b) Analisar a aceitabilidade dos projetos de Venda e a conformidade dos documentos de habilitação, de acordo com os critérios previstos neste edital;
- c) Conduzir os procedimentos relativos ao Chamada Pública;
- d) Verificar os documentos dos proponentes participantes e apontar as pendências;
- e) Declarar os vencedores;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- f) Receber os recursos administrativos, podendo reconsiderar suas decisões ou encaminhar ao julgamento da autoridade competente;
- g) Elaborar a ata da sessão;
- h) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar o Chamada Pública e ratificar a Dispensa de licitação.

5. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

5.1. Os documentos relativos à habilitação e as propostas de preços (Projeto de venda) serão recebidos pela Comissão de contratação, **por meio eletrônico (arquivo .pdf) ou presencialmente**, nos endereços indicados no preâmbulo desta Chamada Pública, contendo, na sua página inicial do documento eletrônico ou parte externa e fronteira dos envelopes, a seguinte descrição:

AO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - SME ENVELOPE Nº
01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME/RAZÃO SOCIAL DO
PROPONENTE)

AO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - SME ENVELOPE Nº
02 – (PROJETO DE VENDA) PROPONENTE
(NOME/RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

5.2. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o artigo 34 da Resolução 06/2020;

6. DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (NÃO ORGANIZADO EM GRUPO)

6.1.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados:
I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

6.2. ENVELOPE 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

6.2.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados.

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e
V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

6.3. ENVELOPE 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

6.3.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados.

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VI - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

6.4. PROJETO DE VENDA – DOCUMENTO/ENVELOPE Nº 02

6.4.1. No Envelope nº 02 os interessados deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme consta em anexo ao Termo de Referência (modelo da Resolução);

6.4.2. O valor proposto no Projeto de Venda não poderá exceder ao preço de aquisição definido na pesquisa de preços realizada pelo Setor competente do Município de Barra de Santo Antônio/AL, no qual deverão estar considerados todos os insumos exigidos no Termo de Referência da presente Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto, incluindo, ainda, a entrega conforme TR, observando:

a) Ser formulada em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras e entrelinhas, contendo identificação, datada e assinada em sua última folha por seu representante legal, deverá constar o endereço completo com CEP, telefones e correio eletrônico da entidade participante da Chamada Pública;

b) Conter a descrição completa dos gêneros alimentícios ofertados, conforme objeto do presente Edital, bem como a quantidade a ser fornecida;

c) Preço unitário e total para cada item, sendo exatamente igual ao valor disponibilizado na Planilha anexa ao Edital, com os valores expressos em reais, sendo 02 (duas) casas após a vírgula;

d) O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Jurídico/ano/entidade executora, nos termos do **art. 39 da Resolução FNDE/CD nº 06/2020**, alterado pela **Resolução nº 21/2021**, e deve obedecer às seguintes regras:

d.1) para a comercialização com grupos formais, o montante máximo a ser contratado deve ser o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: $VMC = NAF \times R\$ 40.000,00$ (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica);

d.2) Cabe às cooperativas e/ou associações a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

e) O Projeto de Venda terá validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação, independente de Declaração da Associação/Cooperativa.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

7.1. Os projetos de venda serão selecionados de acordo com os critérios previstos no **art. 35 da Resolução FNDE nº 06/2020** nas seguintes categorias:

- a) Grupo de projetos de fornecedores locais;
- b) Grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas;
- c) Grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias;
- d) Grupo de projetos do Estado;
- e) Grupo de projetos do País.

7.2. Entende-se por local, no caso de **DAP/CAF Jurídica**, o Município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica;

7.3. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I. O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
- II. O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do Estado e o do País;
- III. O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do Estado e do País;
- IV. O grupo de projetos do Estado tem prioridade sobre o do País.

7.4. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
 - a.1) para efeitos do disposto no item anterior, devem ser considerados Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% +1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);
 - a.2) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.
- b) Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a **Lei nº 10.831/2003**, o **Decreto nº 6.323/2007** e devido cadastro no MAPA;
- c) Os Grupos Formais sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);
 - c.1) No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no subitem “c”, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica;
 - c.2) Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.
- d) Caso a Entidade Executora (EEX) não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização nos itens 7.1 e 7.2;

7.5. A relação dos proponentes dos Projetos de Venda será apresentada por meio eletrônico, mediante publicação via Diário Oficial do Município, após o término do prazo de apresentação dos projetos, conforme elencado no Preâmbulo do Edital;

7.6. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o CNPJ/CPF e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal;

7.7. O preço constante no Projeto de Vendas é o preço de aquisição e será o preço a ser pago ao beneficiário pela venda do gênero alimentício (**Resolução FNDE nº 06/2020, art 31**). O Projeto de venda deve ser elaborado com base no preço médio de mercado. Na composição dos preços, deverão ser considerados todos os insumos necessários, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

necessários para o fornecimento do produto, inclusive os custos de entrega ponto a ponto;

7.8. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos documentos/envelopes poderá ser concedido abertura de **prazo para sua regularização de até 03 (três) dias úteis, conforme análise da Comissão;**

8. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

8.1 Após a homologação, os fornecedores contemplados com a distribuição do objeto desta Chamada Pública PODERÁ ser solicitada amostras dos produtos a serem fornecidos, nas condições descritas neste Edital, em até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da solicitação para tal, bem como os demais participantes necessários para atingir a quantidade total do produto exigida neste edital, mediante agendamento prévio;

8.2 A amostra deverá ser entregue no setor de Nutrição e Alimentação da Rede Escolar, conforme endereçamento completo descrito no Preâmbulo deste Edital;

8.3 O produto deverá estar em conformidade com a especificação técnica exigida (**ANEXO I**);

8.4 As amostras serão analisadas pelo setor competente da Secretaria de Educação, observando-se as características organolépticas, através de degustação e comparação, além de testes laboratoriais nos casos que julgar necessário;

8.5 A comissão de análise técnica emitirá um parecer técnico sobre a aprovação ou reprovação do produto devidamente assinado e identificado;

8.6 Os produtos deverão vir embalados em sacos de polietileno transparentes com identificação dos pesos e/ou unidade do produto.

9. DAS CONSULTAS E IMPUGNAÇÕES

9.1 Quaisquer dúvidas existentes sobre o presente Edital e seus anexos poderão ser objeto de pedidos de esclarecimentos, a serem encaminhados à Comissão de Processamento e Julgamento em até 48 (quarenta e oito horas) que antecedem a publicação da relação dos vencedores, conforme consta o Preâmbulo deste Edital;

9.2 Os pedidos de esclarecimentos devem ser encaminhados para o e-mail ou entregue por escrito no setor de licitações, conforme endereços apresentados no Preâmbulo deste Edital;

9.3 A Comissão de Processamento e Julgamento responderá aos pedidos de esclarecimentos até 24h (vinte e quatro horas) da data limite para envio das propostas, comunicando o teor da resposta apresentada, disponibilizado no e-mail do licitante, que deverá ser informado previamente;

9.4 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital e seus anexos por irregularidade, devendo apresentar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 No prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a publicação dos vencedores, qualquer interessado poderá interpor recurso administrativo, o qual deverá ser protocolado no setor de licitações do Município de Barra de Santo Antônio;

10.2 Havendo recurso administrativo, todos os interessados serão comunicados através do e-mail informado no projeto de venda;

10.3 Havendo recurso administrativo, o interessado que se sentir prejudicado terá o mesmo prazo, contado a partir do término do prazo do recorrente, para apresentação das contrarrazões no setor de licitações do Município de Barra de Santo Antônio;

10.4 A Comissão de Processamento e Julgamento deverá analisar o recurso interposto, podendo reconsiderá-lo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submetê-lo à autoridade competente, devidamente informado, para decisão final;

10.5 Após o julgamento dos recursos, ou transcorrido o prazo previsto no item 10.1 sem que tenham sido interpostos recursos, a Comissão de Processamento e Julgamento encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

10.6 Decidido o Recurso Administrativo pela autoridade competente, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o **ANEXO VI**, da mencionada Resolução do FNDE;

11.2 Os contratos que resultarão da presente Chamada Pública terão prazo de duração de 12 (doze) meses, podendo ainda ser prorrogado a critério da Administração, caso não venha a adquirir a quantidade total prevista no Edital no prazo supracitado, nos termos da Lei 14.133/2021.

11.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação, sob pena de desclassificação e convocação do remanescente, seguindo a ordem de classificação.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021**);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Barra de Santo Antônio, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021**);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (**art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021**).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

12.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

12.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento)

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

do valor do contrato;

12.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

12.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.2.4.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o **inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021**.

12.3. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021**);

12.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021**);

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133/2021**);

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021**);

12.6.1. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.8. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo;

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021**):

12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133/2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846/2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (**art. 159 da Lei nº 14.133/2021**);

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160 da Lei nº 14.133/2021**);

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (**Art. 161 da Lei nº 14.133/2021**);

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/21**;

12.15. Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por mais de 10 (dez) dias serão considerados inexecução parcial para os efeitos das aplicações das penalidades, salvo em caso de frustração de safra com laudo comprobatório de empresa credenciada no SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural).

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O atendimento ao público será realizado na Secretaria Municipal de Educação de Barra de Santo Antônio, localizada à Rua Loteamento Portal do Tabuba, Bairro: Santa Luzia, Nº 3, conforme informações constantes neste edital, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira à sexta-feira, mediante prévio agendamento;

13.2. O fornecedor é responsável pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos a serem fornecidos;

13.3. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do participante, bem como nos casos que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, com exata compreensão da sua proposta e que não prejudique o devido andamento do processo em atendimento ao interesse público. Nesse intuito, eventuais omissões e/ou falhas que possam ser sanadas durante a sessão de abertura dos envelopes, inclusive mediante consulta e emissão de documentos pela internet, serão admitidas em busca da melhor proposta para a Administração, desde que aceite pelos integrantes da Comissão Julgadora presente;

13.4. O Edital e seus anexos são complementares entre si, considerando-se partes integrantes e indivisíveis deste instrumento quaisquer condições que estiverem inclusas em seus anexos, gerando as obrigações constantes nos mesmos, inclusive, na execução do contrato;

13.4 Aplicam-se ao presente procedimento as legislações cabíveis e princípios que norteiam a Administração Pública em prol do Interesse Público;

13.5 Casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão constituída;

13.6 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Barra de Santo Antônio/AL, 02 de junho de 2026.

Alessandra da Silva Costa
Secretaria Municipal de Educação



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2026, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Barra de Santo Antônio, nos termos da legislação vigente e conforme condições, especificações e quantidades nesse instrumento e seus anexos, mediante uma realização prévia de pesquisa de preço, refletindo uma média mercadológica referente aos itens abaixo elencados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
01	<p>ABACATE Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 400g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	300	R\$9,69	R\$ 2.907,00
02	<p>ABACAXI Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã com coroa íntegra sem avarias; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 1kg.</p>	KG	20.000	R\$7,66	R\$ 153.200,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
03	<p>ABÓBORA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	2.000	R\$6,50	R\$ 13.000,00
04	<p>ALFACE LISA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso médio unitário: 200g Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	PÉS	1.500	R\$12,01	R\$ 18.015,00
05	<p>ALHO Características gerais: Deve ser procedente de espécie</p>	KG	500	R\$33,33	R\$ 16.665,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 60g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
06	<p>BANANA DA TERRA (comprida)</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 250g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	2.000	R\$11,27	R\$ 22.540,00
07	<p>BANANA PRATA</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de</p>	KG	13.000	R\$6,93	R\$ 90.090,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 100g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
08	<p>BATATA DOCE</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, com polpa firme e intacta, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 300g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	8.000	R\$6,58	R\$ 52.640,00
09	<p>BETERRABA</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 120g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	300	R\$7,25	R\$ 2.175,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

10	<p>BOLO DE BANANA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR Características gerais: Bolo caseiro, sem recheio e sem cobertura. Produzido de forma artesanal, na fabricação não deve ser utilizada margarina, gordura vegetal e gordura trans esterificada, massa pronta, conservantes e qualquer outro aditivo químico. Os ingredientes devem ser majoritariamente da agricultura familiar. Deverá respeitar as legislações vigentes para manipulação de alimentos. Peso unitário: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, precisam ser embalados individualmente em embalagens plásticas transparentes e atóxica, na embalagem deve conter: especificações do produto, ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. A preparação dos bolos deve ser feita no mesmo dia da entrega ou no máximo no dia anterior. Os bolos já embalados devem ser acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	800	R\$31,59	R\$ 25.272,00
11	<p>BOLO DE CENOURA Características gerais: Bolo caseiro, sem recheio e sem cobertura. Produzido de forma artesanal, na fabricação não deve ser utilizada margarina, gordura vegetal e gordura trans esterificada, massa pronta, conservantes e qualquer outro aditivo químico. Os ingredientes devem ser majoritariamente da agricultura familiar. Deverá respeitar as legislações vigentes para manipulação de alimentos. Peso unitário: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, precisam ser embalados individualmente em embalagens plásticas transparentes e atóxica, na</p>	KG	1.000	R\$27,76	R\$ 27.760,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>embalagem deve conter: especificações do produto, ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. A preparação dos bolos deve ser feita no mesmo dia da entrega ou no máximo no dia anterior. Os bolos já embalados devem ser acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
12	<p>BOLO DE LARANJA Características gerais: Bolo caseiro, sem recheio e sem cobertura. Produzido de forma artesanal, na fabricação não deve ser utilizada margarina, gordura vegetal e gordura trans esterificada, massa pronta, conservantes e qualquer outro aditivo químico. Os ingredientes devem ser majoritariamente da agricultura familiar. Deverá respeitar as legislações vigentes para manipulação de alimentos. Peso unitário: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, precisam ser embalados individualmente em embalagens plásticas transparentes e atóxica, na embalagem deve conter: especificações do produto, ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. A preparação dos bolos deve ser feita no mesmo dia da entrega ou no máximo no dia anterior. Os bolos já embalados devem ser acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	1.000	R\$27,45	R\$ 27.450,00
13	<p>CACAU EM PÓ Características gerais: Produto solúvel composto por 100% cacau sem a manteiga, sem adição de açúcar, sem glúten, sem lactose e sem aromatizantes. De boa qualidade, constituído de matéria prima de boa qualidade, seguindo todas a legislação vigente para manipulação de produto alimentício.</p>	KG	200	R\$38,08	R\$ 7.616,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>Peso unitário: Embalagens de 200g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, precisam ser embalados individualmente em embalagens plásticas transparentes e atóxica, na embalagem deve conter: especificações do produto, ingredientes, data de fabricação e prazo de validade.</p>				
14	<p>CARÁ</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, com polpa firme e intacta, isenta de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 500g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	6.000	R\$7,69	R\$ 46.140,00
15	<p>CARNE BOVINA</p> <p>Características gerais: Tipo coxão mole ou acém, sem osso, cortada ou em peça, congelada. Proveniente de animais abatidos sob inspeção veterinária. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substâncias contaminante que possa alterar os aspectos normais do produto ou qualquer aparato que venha encobrir possíveis alterações. Deve ter cor e cheiro característico. Não deverá apresentar na superfície umidade ou ter início de fermentação pútrida.</p> <p>Peso médio unitário: Embalagens com 3 a 5kg.</p> <p>Embalagem e transporte: A embalagem deverá ser plástica atóxica, resistente, ser</p>	KG	2.000	R\$43,83	R\$ 87.660,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>rotulada e conter as seguintes informações: nome e endereço do abatedouro, identificação completa do produto, prazo de validade e prazo máximo de consumo, temperatura de estocagem, armazenamento e conservação. Obrigatoriamente conter o registro no SIF e o selo da agricultura familiar.</p>				
16	<p>CEBOLA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 150g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	3.500	R\$7,22	R\$ 25.270,00
17	<p>CENOURA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 120g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	3.500	R\$10,41	R\$ 36.435,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

18	<p>CHUCHU Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 300g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	1.500	R\$7,32	R\$ 10.980,00
19	<p>COCO RALADO FRESCO CONGELADO Características gerais: De boa qualidade, in natura, sem adição de açúcar e conservantes, com aspecto e sabor característicos. Sem a presença de sujidades, cascas, parasitas e larvas. Peso unitário: Embalagens de 500g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, precisam ser embalados a vácuo em embalagens plásticas transparentes e atóxica, na embalagem deve conter: especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve ser transportado em ambiente refrigerado. O estabelecimento deve cumprir as normas sanitárias vigentes.</p>	KG	300	R\$19,81	R\$ 5.943,00
20	<p>COENTRO Características gerais: Deverão estar frescas com coloração verde brilhante e sem sinais de amarelecimento com cheiro e sabor característico. Devem estar livre de substâncias terrosas, sujidades, larvas ou parasitas e corpos estranhos. Peso médio: Maço com 150 a 200g.</p>	KG	350	R\$9,70	R\$ 3.395,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em embalagens atóxicas transparente dentro de caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
21	<p>COUVE MANTEIGA Características gerais: Deverão estar frescas com coloração verde brilhante e sem sinais de amarelecimento com cheiro e sabor característico. Devem estar livre de substâncias terrosas, sujidades, larvas ou parasitas e corpos estranhos. Peso médio: Maço com 250 a 300g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em embalagens atóxicas transparente dentro de caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	200	R\$10,43	R\$ 2.086,00
22	<p>GOIABA VERMELHA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 150g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	1.200	R\$8,24	R\$ 9.888,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

23	<p>LARANJA CRAVO Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingindo o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 110g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	5.000	R\$5,78	R\$ 28.900,00
24	<p>LARANJA LIMA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingindo o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 150g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	2.000	R\$6,66	R\$ 13.320,00
25	<p>LIMÃO Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingindo o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter</p>	KG	800	R\$8,35	R\$ 6.680,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 90g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
26	<p>MACAXEIRA DESCASCADA E CONGELADO</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã, tipo branca; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso médio da porção: 5kg.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e a segurança alimentar, a macaxeira deve ser acondicionada em saco plástico resistente, transparente e atóxico apropriado para alimentos, transportar o produto em caixa térmica ou transporte refrigerado obedecendo a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	8.000	R\$8,56	R\$ 68.480,00
27	<p>MAMÃO FORMOSA</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p>	KG	2.000	R\$6,25	R\$ 12.500,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>Peso mínimo unitário: 1Kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
28	<p>MANGA ROSA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 300g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	600	R\$6,92	R\$ 4.152,00
29	<p>MANGA TOMMY Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo unitário: 400g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	800	R\$6,44	R\$ 5.152,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

30	<p>MANTEIGA Características gerais: Manteiga com sal, de primeira qualidade, produzida com creme de leite pasteurizado. Deve apresentar consistência sólida e pastosa, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave característico, sem odor e sabor estranho. Peso líquido unitário: Embalagem de 200g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e a segurança alimentar, a manteiga deve ser acondicionada em embalagem plástica resistente e atóxica, apropriado para alimentos, a embalagem deve ser identificada com data de fabricação e validade, informações nutricionais, número de registro e órgão respectivo com selo de inspeção sanitária segundo a legislação vigente. O transporte deve ser feito em caixa térmica ou transporte refrigerado obedecendo a legislação sanitária em vigor. Validade de, no mínimo 4 meses na data de entrega.</p>	UND	600	R\$14,81	R\$ 8.886,00
31	<p>MELANCIA Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, com casca e polpa firme e lisa, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso médio unitário: 6kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa</p>	KG	35.000	R\$5,24	R\$ 183.400,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.				
32	<p>MELÃO</p> <p>Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, com casca e polpa firme e lisa, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 1,5kg.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	5.000	R\$6,90	R\$ 34.500,00
33	<p>MILHO VERDE IN NATURA</p> <p>Características gerais: Apresentação em espiga in natura com palha, deve ser procedente de espécie genuína e são; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresco, ter atingido o grau de maturação adequado, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos.</p> <p>Peso mínimo unitário: 300g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>	KG	1.000	R\$6,29	R\$ 6.290,00
34	<p>OVO BRANCO DE GALINHA</p> <p>Características gerais: Tipo grande, sem rachaduras, manchas ou sujidades e em bom estado de conservação.</p>	BANDEJA 30 unidades	4.000	R\$31,05	R\$ 124.200,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	<p>Ausência de corpos estranhos no produto e embalagem, data de manipulação do produto e prazo de validade.</p> <p>Peso mínimo unitário: 50g, acondicionados em bandejas com 30 unidades.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.</p>				
35	<p>PÃO SEDA COMUM</p> <p>Características gerais: Pão comum composto de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, água, açúcar e fermento biológico, acondicionados em embalagem apropriada para alimentos, produzido seguindo a legislação de boas práticas de manipulação de alimentos.</p> <p>Peso unitário: 50g.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor, devem ser embalados em sacos plásticos transparente e atóxico próprio para alimento, acondicionados 20 unidades por pacote.</p>	KG	2.000	R\$23,89	R\$ 47.780,00
36	<p>PEIXE TIPO SERRA CONGELADO</p> <p>Características gerais: Tipo serra, cortado em postas com espessura média de 2cm. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substâncias contaminante que possa alterar os aspectos normais do produto ou qualquer aparato que venha encobrir possíveis alterações. Deve ter cor e cheiro característico. Não deverá apresentar na superfície umidade ou ter início de fermentação pútrida.</p> <p>Peso médio unitário: Embalagens com 2kg.</p> <p>Embalagem e transporte: A embalagem deverá ser plástica atóxica, resistente, ser</p>	KG	200	R\$40,92	R\$ 8.184,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	rotulada e conter as seguintes informações: nome e endereço do pescador, identificação completa do produto, prazo de validade e prazo máximo de consumo, temperatura de estocagem, armazenamento e conservação. Seguir as legislações vigentes.				
37	PIMENTA DE CHEIRO Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso do pacote: Embalagens com 100g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.	KG	50	R\$18,27	R\$ 913,50
38	PIMENTÃO Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo da unidade: 100g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização	KG	1.200	R\$8,56	R\$ 10.272,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	conforme a legislação sanitária em vigor.				
39	<p>POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE ACEROLA</p> <p>Características gerais: Polpa de fruta in natura, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes e aditivos químicos. Obtida de frutos sadios com maturação adequada.</p> <p>Peso unitário: 1kg.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor. A embalagem do produto deve ser em saco plástico transparente, atóxico, específico para alimentos, no rotulo deve conter as informações nutricionais, data de fabricação e validade, com selo de inspeção dos órgãos competentes.</p>	KG	2.000	R\$20,68	R\$ 41.360,00
40	<p>POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE CAJU</p> <p>Características gerais: Polpa de fruta in natura, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes e aditivos químicos. Obtida de frutos sadios com maturação adequada.</p> <p>Peso unitário: 1kg.</p> <p>Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor. A embalagem do produto deve ser em saco plástico transparente, atóxico, específico para alimentos, no rotulo deve conter as informações nutricionais, data de fabricação e validade, com selo de inspeção dos órgãos competentes.</p>	KG	1.000	R\$16,13	R\$ 16.130,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

41	<p>POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE GOIABA Características gerais: Polpa de fruta in natura, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes e aditivos químicos. Obtida de frutos sadios com maturação adequada. Peso unitário: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor. A embalagem do produto deve ser em saco plástico transparente, atóxico, específico para alimentos, no rotulo deve conter as informações nutricionais, data de fabricação e validade, com selo de inspeção dos órgãos competentes.</p>	KG	3.000	R\$18,28	R\$ 54.840,00
42	<p>POLPA DE FRUTA INTEGRAL DE MANGA Características gerais: Polpa de fruta in natura, pasteurizada, congelada, sem adição de corantes e aditivos químicos. Obtida de frutos sadios com maturação adequada. Peso unitário: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor. A embalagem do produto deve ser em saco plástico transparente, atóxico, específico para alimentos, no rotulo deve conter as informações nutricionais, data de fabricação e validade, com selo de inspeção dos órgãos competentes.</p>	KG	2.000	R\$19,73	R\$ 39.460,00
43	<p>REPOLHO Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e são de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingindo o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter</p>	KG	500	R\$7,83	R\$ 3.915,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

	atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo por unidade: 1kg. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.				
44	TOMATE Características gerais: Deve ser procedente de espécie genuína e sã de primeira qualidade; satisfazer as seguintes condições mínimas: estar fresca, ter atingido o grau de maturação que permita suportar a manipulação, ter atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, livre de substâncias terrosas, sujidades e corpos estranhos. Peso mínimo da unidade: 100g. Embalagem e transporte: O transporte e o armazenamento devem garantir a conservação e segurança alimentar, acondicionados em caixa plástica com higienização conforme a legislação sanitária em vigor.	KG	5.000	R\$9,70	R\$ 48.500,00
VALOR TOTAL					R\$1.454.941,50

As especificações de cada gênero alimentícios está descrito no **ANEXO I** deste Termo de Referência, sendo realizadas cotações à nível Municipal e estadual.

2. DAS NORMAS REFERENCIAIS

2.1. Este Termo de Referência segue o que determina a legislação vigente sobre licitações e contratos, baseando-se nas diretrizes sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como os meios adequados de formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais considerando, pontualmente, as resoluções designadas a seguir:

Av. Pedro Cavalcante 617, centro, CEP: 57925-000 Barra de Santo Antônio/AL
CNPJ: 12.262.713/0001-02



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 2.1.1. Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021;
- 2.1.2. Lei n.º 11.947 de 16 de junho de 2009;
- 2.1.3. Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006;
- 2.1.4. Lei n.º 14.660 de 23 de agosto de 2023⁷;
- 2.1.5. Resolução FNDE/CD nº 26/2013;
- 2.1.6. Resolução FNDE/CD nº 04/2015;
- 2.1.7. Resolução FNDE/CD nº 06/2020;
- 2.1.8. Resolução FNDE/CD nº 20/2020;
- 2.1.9. Resolução FNDE/CD nº 21/2021;

3. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a necessidade desta Secretaria de Educação, que tem com demanda a contratação de organizações fornecedoras que se enquadrem nos requisitos estabelecidos no **art. 3º da Lei nº 11.326/2006** que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, aptas a promover o fornecimento de gêneros perecíveis e não perecíveis para o abastecimento, incluindo o provisionamento de gêneros, logística e distribuição nas Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura do Barra de Santo Antônio/AL.

A alimentação na escola é fundamental para o rendimento escolar da criança, uma vez que ela aumenta a capacidade de concentração nas atividades e desenvolvimento cognitivo.

As refeições distribuídas devem obedecer às quantidades adequadas de nutrientes respeitando a diversidade de alimentos preparados, a fim de evitar futuras rejeições alimentares, além de, obrigatoriamente, terem segurança alimentar, sendo calculadas o quantitativo de cada insumo por aluno, que atenda os **203 (duzentos e três) dias letivos**, de acordo com o cardápio proposto mensalmente.

Conforme o artigo **4º da Lei nº 11.947/2009**, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar, nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O acesso à alimentação escolar de forma igualitária é um direito, e tem como características respeitar as diferentes faixas etárias, as condições de saúde dos alunos que necessitam de atenção específica e dos que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Implantado em 1955, o PNAE, mais conhecido como Merenda Escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos, como prevê o **artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal**, quando coloca que o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de "*atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade*" (inciso IV) e "*atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde*" (inciso VII)".

Em 2009, a sanção da **Lei nº 11.947, de 16 de junho**, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas e de jovens e adultos.

A Política de Alimentação Escolar, expressa na legislação acima, é uma política estruturante de Segurança Alimentar e, portanto, a demanda que dela se expressa, exige ações integradoras de ações e de programas das instituições públicas nelas envolvidas com a saúde, a educação às das áreas de produção agrícola, dos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, como de comercialização da produção da Agricultura Familiar.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

Particularmente em relação às compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE é importante destacar algumas diretrizes, que fazem parte do **artigo 2º da Lei nº 11.947/2009**:

“(…). I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; (...)

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. (...).”

A **Lei nº 11.947** inovou ao estabelecer em seu artigo 14, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A implementação desta regra foi regulamentada primeiramente pela Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 (que dispunha sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE), posteriormente revogada e substituída pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 3 de abril de 2015, que alterou a redação dos artigos 25 a 32. Mais recentemente passou a vigorar a **Resolução CD/FNDE nº 06 de 8 de maio de 2020**, alterada pela **Resolução CD/FNDE nº 20 de 2 de dezembro de 2020** e **Resolução CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021**, que revogou as duas últimas e incorporou mudanças importantes na execução do PNAE, necessárias ao aperfeiçoamento do Programa.

Nesta senda, destaca-se que o processo será feito na forma de CHAMADA PÚBLICA, para contratação de agricultores e organizações detentoras da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP física/Jurídica, visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios, para os alunos das Escolas Municipais Barra de Santo Antônio, com uma estimativa de atender aos alunos no ano de 2026, conforme descrito neste Termo de Referência.

O processo para aquisição dos gêneros provenientes da agricultura familiar se encontra disciplinado no **Capítulo V da Resolução nº 06/2020**, e traz a previsão do processamento da compra através de dispensa de licitação, por meio de chamada pública, quando compatível com o art. 14 da **Lei 11.947/2009**.

A chamada pública, no âmbito do PNAE, é definida como um procedimento administrativo formal e simplificado, especificamente destinado à compra de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. Esse procedimento é permitido nos termos do artigo 14 da **Lei nº 11.947/2009** (§ 1º), que torna obrigatória às Entidades Executoras do PNAE a aplicação mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos transferidos do FNDE para o Programa, na compra de produtos alimentícios diretamente da agricultura familiar.

A **Resolução CD/FNDE nº 06/2020** traz a seguinte previsão:

“Art. 30. (...) §1º Quando a EEx optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública. §2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou

A **Lei Federal nº 14.133/2021**, por sua vez, não dispõe sobre a forma de contratação e processamento voltados à agricultura familiar, bem como inexistente atualização da **Lei nº 11.326/2006** e da **Resolução nº 06/2020**, adequando-as ao que preceitua a nova lei de licitações.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

Deste modo, diante da impossibilidade de dar seguimento ao processo com a aplicação da Lei Federal nº 8.666/93, faz-se necessária a adequação para a nova lei de licitações, utilizando a inexigibilidade de licitação, na forma **da Lei 14.133/21 em conjunto com a Lei Federal nº 11.947/2009 e Resolução FNDE/CD nº 21/2021**, através da chamada pública de interessados no fornecimento de bens, quando convocados, atendendo a mesma finalidade proposta no **art. 30, §2º da Resolução nº 06/2020**, supracitado.

A definição dos quantitativos de Gêneros Alimentícios para esta CHAMADA PÚBLICA foi definida através da quantidade de alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2026, conforme censo do FNDE, com uma previsão de novas unidades escolares de ensino para serem instaladas e credenciadas em nosso município, no ano de 2026.

4. DO PROCEDIMENTO

4.1. A contratação ocorrerá por CHAMADA PÚBLICA, conforme previsto na **Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 06/2020 e Resolução FNDE/CD nº 21/2021**, em conjunto com a **Lei Federal nº 14.133/2021**;

4.2. Considera-se inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de CHAMADA PÚBLICA (**Art. 74, IV, Lei nº 14.133/21**);

4.3. A CHAMADA PÚBLICA poderá ser usado nas contratações paralelas e não excludentes: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas (Art. 79, I, Lei nº 14.133/21);

4.4. A chamada pública ocorrerá em local e data a ser divulgado em Edital, de forma presencial, visando desburocratização do procedimento e ampliação do número de participantes.

5. DOS PARTICIPANTES

5.1. Considerando a permissão do **art. 37 da Resolução/CD/FNDE nº 06/2020 e Resolução FNDE/CD nº 21/2021**, poderão participar da chamada pública os agricultores e/ou as organizações com DAP Física ou Jurídica, isto é, os agricultores individuais, as Associações e Cooperativas, Denominadas Grupos informais e Formais, para aquisição do gênero alimentício deste TR, dado aos valores repassados do FNDE a este órgão.

6. DO PROJETO DE VENDA

6.1. As propostas deverão seguir modelo de Projeto de Venda, em observância **anexo nº VII da Resolução FNDE nº 06/2020, Anexo IV, deste Termo de Referência**;

6.2. Para definição dos preços de referência, observou-se o **artigo 31 da Resolução do FNDE nº 06/2020**;

6.3. O período de recepção dos projetos de venda deve durar conforme estabelecido no edital da Chamada Pública;

6.4. A relação dos proponentes dos projetos de venda deve ser apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos, conforme estabelece a **Resolução CD/FNDE nº 06/2020, art. 31 § 7º**.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

7.1. Os envelopes contendo os projetos de vendas e os documentos de habilitação serão abertos no local, data e hora, estabelecidos no Edital e publicado em extrato no Diário Oficial do Município;

7.2. Não serão aceitos os projetos de vendas com preços unitários superiores ao estimado, conforme valor de referência obtido através da média de preços das cotações realizadas;

7.3. Serão contratadas quantas propostas forem necessárias para atingir a quantidade total dos itens constantes neste Termo de Referência, seguindo a ordem de classificação;

7.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, será aberto o prazo de 03 (três) dias para a regularização das desconformidades (**Resolução CD/FNDE nº 06/2020**,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

alterada pela **Resolução CD/FNDE nº 20/2020, art. 36, § 4º**;

7.5. ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (NÃO ORGANIZADO EM GRUPO)

7.5.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

7.6. ENVELOPE 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

7.6.1. **O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados.**

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

7.7. ENVELOPE 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

7.7.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados.

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

a) Caso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) já tenha sido substituída pelo registro no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conforme estabelece a **PORTARIA SAF/MAPA nº 242, de 8 de novembro de 2021**, apresentar documento referente à substituição devidamente atualizado.

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VI - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

III. VII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas (**Resolução CD/FNDE nº 06/2020, artigos 40 e 41**).

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. **O valor global máximo é de R\$ 1.454.941,50 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)**

8.2. Neste valor estão incluídos ainda, todos os impostos, taxas, tributos, encargos sociais e



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

trabalhistas e outros que, direta ou indiretamente, decorram da contratação, sem inclusão de expectativa inflacionária ou encargos financeiros.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto da presente chamada correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

00.06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.006.4001 – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA

3.33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 1.552.000

10. DA VALIDADE DOS PROJETOS

10.1. Os projetos de venda apresentados terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua emissão.

11. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E PREÇOS

11.1. As especificações, quantidades e preços, unitários e totais, estão descritos no **ANEXO I** do presente Termo de Referência.

12. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

12.1. Após a homologação, os fornecedores contemplados com a distribuição do objeto desta Chamada Pública, o setor de nutrição PODERÁ solicitar amostras dos produtos a serem fornecidos, nas condições descritas neste Edital, em até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da solicitação para tal, bem como os demais participantes necessários para atingir a quantidade total do produto exigida neste edital, mediante agendamento prévio;

12.2. A amostra deverá ser entregue no setor de Nutrição e Alimentação da Rede Escolar, conforme endereçamento completo descrito no Preâmbulo deste Edital;

12.3. O produto deverá estar em conformidade com a especificação técnica exigida (**ANEXO I**);

12.4. As amostras serão analisadas pelo setor competente da Secretaria de Educação, observando-se as características organolépticas, através de degustação e comparação, além de testes laboratoriais nos casos que julgar necessário;

12.5. A rotulagem, inclusive nutricional, do produto a ser fornecido, bem como a amostra, quando beneficiado, deverá estar em conformidade com a legislação em vigor;

12.6. A comissão de análise técnica emitirá um parecer técnico sobre a aprovação ou reprovação do produto devidamente assinado e identificado;

12.7. Os produtos deverão vir embalados em sacos de polietileno transparentes com identificação dos pesos e/ou unidade do produto.

13. DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Os gêneros alimentícios oriundos da contratação deverão ser entregues de acordo com cronograma a ser apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, após a contratação, no setor de nutrição, e/ou outros endereços indicados pela administração;

13.1. A entrega deverá ser realizada em veículo apropriado. Os produtos deverão ser pesados e conferidos na presença do responsável pelo recebimento;

13.2. Os produtos devem estar em perfeitas condições de armazenamento e satisfazendo plenamente as exigências deste Termo de Referência;

13.3. O produto que não corresponder às exigências será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

substituir o produto em até 24 (vinte e quatro) horas, no mesmo local da entrega;

13.4. Fica reservada ao Município de Barra de Santo Antônio, através do setor de nutrição, o direito de visitar a área de produção dos gêneros alimentícios adquiridos através da Agricultura Familiar, sempre que julgar necessário;

13.5. Os produtos devem ser fornecidos embalados em sacos plásticos transparentes atóxicos, com o peso identificado, e acondicionados em caixas plásticas higienizadas para garantir as condições higiênico-sanitárias e o transporte dos mesmos;

13.6. Os dias e horários das entregas serão determinados pelo setor de Alimentação Escolar em função dos cardápios pré-estabelecidos;

13.7. O horário para recebimento dos gêneros alimentícios será das 08h00min às 12h00min;

13.8. O setor de Alimentação Escolar enviará com 05 (cinco) dias úteis de antecedência ao fornecedor, as quantidades dos produtos, tendo até 48 (quarenta e oito) horas para possíveis alterações como, cancelamento e/ou ajustes das quantidades solicitadas;

13.9. Toda entrega deverá ser acompanhada de recibo emitido pelo fornecedor em 02 (duas) vias, sendo 01 (uma) para o fornecedor, 01 (uma) para o Setor de Alimentação Escolar.

13.10. O recebimento dos produtos será atestado através do termo de recebimento firmado pelo responsável do setor de nutrição.

13.11. Os Gêneros alimentícios serão devolvidos no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no Edital, devendo ser feita a reposição no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) da entrega.

13.12. As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado;

13.13. As hortaliças deverão estar frescas, inteiras, no ponto de maturação adequado para consumo;

13.14. As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Deverão estar isentas de:

- a) Substâncias terrosas;
- b) Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- c) Sem parasitas, larvas ou outros animais nos produtos ou embalagens;
- d) Sem umidade externa anormal;
- e) Isentas de odor e sabor estranhos;
- f) Isenta de enfermidades;
- g) Não deverão estar danificadas por lesões que afetem a sua aparência e utilização.

13.15. Os produtos adquiridos para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverão atender ao disposto na legislação que trata de alimentos, conforme **art. 40, da Resolução nº 006/2020**.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. O objeto do contrato deverá ser recebido pelo setor responsável, nos seguintes termos:

a) **Provisoriamente:** para efeito de posterior verificação da conformidade dos gêneros alimentícios recebidos com as especificações exigidas;

b) **Definitivamente:** após a verificação da compatibilidade dos gêneros alimentícios com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar do recebimento provisório.

14.2. Por ocasião da entrega do gênero alimentício, será formalizada a emissão dos respectivos recibos, em que deverá constar data do recebimento provisório ou definitivo, a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

14.2.1. Se a entrega do gênero alimentício ocorrer diretamente na escola, o recebimento deverá ocorrer por meio do responsável pela gestão da merenda na respectiva escola, sendo este o identificado no recibo, com nome completo legível e número da matrícula;

14.3. Fica assegurado à contratante o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a contratada obrigada a substituir ou complementar os itens irregulares, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), a contar da sua



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

notificação, sem ônus para a contratante;

14.3.1. Salvo determinação em contrário, a substituição do gênero alimentício deverá ocorrer no local em que este foi entregue.

14.4. Será considerada recusa formal se a contratada não substituir o gênero alimentício após o prazo fixado, configurando inexecução total do contrato, passível de aplicação da penalidade prevista neste Termo de Referência;

14.5. Junto com o termo de recebimento é obrigatória a apresentação de documento fiscal.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Os contratos que resultarão da presente chamada pública terão prazo de duração de **12 (doze) meses**, podendo ainda ser prorrogado a critério da Administração, caso não venha a adquirir a quantidade total prevista no edital no prazo supracitado, nos termos da Lei 14.133/2021.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após com o devido atesto do Gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, em documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, considerando a última entrega do mês, para cada faturamento;

16.2. Juntamente com a Nota Fiscal, deverão ser apresentadas as seguintes certidões de regularidade:

- a) Cartão CNPJ, quando for o caso;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão de Débitos Trabalhistas.

16.3. O contratante que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do contratado/fornecedor, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil;

16.4. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

17. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1. Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo contratante, devendo a contratada fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

17.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias;

17.3. A contratada deverá manter preposto, aceito pelo contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário;

17.4. O contratante poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou representante da empresa contratada que venha causar embaraço a fiscalização do contrato, ou em razão de procedimentos ou atitudes incompatíveis com o exercício de suas funções;

17.5. O contratante comunicará por escrito à contratada as irregularidades encontradas na execução dos serviços, definindo as providências e os prazos para a realização das correções consideradas pertinentes.

18. DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

18.1. Em atenção ao **art. 117 da Lei nº. 14.133/2021**, a contratação terá o gestor e o fiscal designados através de portaria em momento oportuno.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

19. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

- 19.1. Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à contratada;
- 19.2. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- 19.3. Quando necessário solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à contratada;
- 19.4. Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido;
- 19.5. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- 19.6. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- 19.7. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- 19.8. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- 19.9. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- 19.10. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

- 20.1. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da aquisição;
- 20.2. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada;
- 20.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (**artigos 117 e 118, ambos da Lei 14.133/21**) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- 20.4. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.;
- 20.5. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- 20.6. Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando entrega diversa daquela que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- 20.7. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- 20.8. Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

21. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 21.1. A contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo objeto desta contratação, nos termos da legislação vigente, pela operacionalização, bem como pelo transporte e entrega dos gêneros à contratante;
- 21.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da seleção;
- 21.3. Os itens cotados deverão atender aos padrões de identidade e qualidade aprovados pela Agência de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas suas respectivas áreas de competência e conforme determina a legislação em vigor;
- 21.4. A contratada é responsável por prover veículos para transporte dos Gêneros Alimentícios até as unidades a serem atendidas;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

21.5. O produtor e suas organizações comprometem-se a fornecer os gêneros alimentícios, conforme o disposto na **PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS – ANEXO I**;

21.6. O produtor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública, durante a vigência do contrato;

21.6.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para revisão/reequilíbrio, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Indicar, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

22.2. Analisar e aprovar os itens entregues baseados em frequências pré-estabelecidas, assim como as eventuais alterações que se fizerem necessárias, a qualquer tempo;

22.3. Planejar e informar à contratada, em tempo hábil para a entrega dos itens, a quantificação e qualificação dos produtos;

22.4. Manter a responsabilidade sobre dos produtos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos produtos, os mesmos deverão ser suspensos do consumo, com coleta das amostras pela vigilância sanitária imediatamente para análises microbiológicas;

22.4.1. Realizar o controle higiênico e sanitário dos produtos, em todas as suas etapas;

22.4.2. As instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios devem ser livres de vetores e pragas urbanas;

22.4.3. O contratante deverá dar ciência imediata e formalmente acerca de qualquer discrepância ou irregularidade constatada no recebimento dos itens. Deverá ainda verificar a sua entrega, caso ocorra qualquer situação imprevista, deverá entrar em contato imediatamente com a contratada responsável para verificação do fato;

22.4.4. A existência e a atuação da fiscalização pela secretaria solicitante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do contratado, no que concerne à execução do objeto contratado;

22.4.5. Cabe à contratante, por intermédio do gestor do contrato, a gestão e/ou fiscalização da execução do contrato, de forma a acompanhar a execução contratual, cabendo:

22.4.5.1. Realizar a conferência do quantitativo recebido, mantendo o registro e controle para distribuição;

22.4.5.2. Realizar a avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela contratada;

22.4.5.3. A fiscalização da contratante terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços da contratada, podendo:

22.4.5.4. Verificar a qualidade dos produtos, solicitando a substituição imediata de gêneros que apresentem condições impróprias às preparações/consumo;

22.4.5.5. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios, bem como dos veículos utilizados para o transporte dos produtos.

22.5. A fiscalização dos serviços pela contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

22.5.1. A fiscalização da contratante terá livre acesso aos locais de armazenamento e estocagem dos produtos.

23. DAS PENALIDADES

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, o contratado que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021**);

23.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra de Santo Antônio, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021**);

23.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (**art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021**);

23.2.4. Multa:

23.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XII acima, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

23.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

23.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

23.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

23.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias corridos;

23.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

23.2.4.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias corridos autoriza o contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o **inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021**;

23.3. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021**);

23.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021**);

23.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133/2021**);

23.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021**);

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

23.6.1. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

23.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

23.8. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo;

23.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.10. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021**):

23.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

23.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

23.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.10.4. os danos que dela provierem para o contratante;

23.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.11. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133/2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846/2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (**art. 159 da Lei nº 14.133/2021**);

23.12. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160 da Lei nº 14.133/2021**);

23.13. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (**art. 161 da Lei nº 14.133/2021**);

23.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**;

23.15. Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por mais de 10 (dez) dias serão considerados inexecução parcial para os efeitos das aplicações das penalidades, salvo em caso de frustração de safra com laudo comprobatório de empresa credenciada no SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural).

24. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

24.1. O Termo de Contrato poderá ser extinto:

24.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, e com as consequências indicadas no **art. 139 da mesma Lei**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

24.1.2. consensualmente, nos termos do **art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**;

24.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito à prévia e ampla defesa;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

- 24.3. A contratada reconhece os direitos da contratante em caso de extinção administrativa prevista no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**;
- 24.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 24.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 24.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 24.4.3. Indenizações e multas.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. O atendimento ao público será realizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO**, especificamente, **PELO SETOR NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DA REDE ESCOLAR**, localizada à Rua Loteamento Portal do Tabuba, Bairro: Santa Luzia, Nº 3, conforme informações constantes neste edital, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento;
- 25.2. O fornecedor é responsável pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos a serem fornecidos;
- 25.3. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do participante, bem como nos casos que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, com exata compreensão da sua proposta e que não prejudique o devido andamento do processo em atendimento ao interesse público. Nesse intuito, eventuais omissões e/ou falhas que possam ser sanadas durante a sessão de abertura dos envelopes, inclusive mediante consulta e emissão de documentos pela internet, serão admitidas em busca da melhor proposta para a Administração, desde que aceito pelos integrantes da Comissão Julgadora presentes;
- 25.4. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação, sob pena de descredenciamento;
- 25.5. Os produtores e fornecedores dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a fiscalização e/ou visita do Setor de Nutrição do Município de Barra de Santo Antônio durante o período do contrato, conforme **Lei nº 11.947 de 16/06/2009, Resoluções FNDE n.º 26/2013, 04/2015, 06/2020, e 21/2021 e Lei nº 14.133/2021**;
- 25.6. Aplicam-se ao presente procedimento as legislações cabíveis e princípios que norteiam a Administração Pública em prol do Interesse Público;
- 25.7. Casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão constituída;
- 25.8. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 25.9. São partes integrantes e indissociáveis deste Termo de Referência os anexos abaixo relacionados:
Anexo I – Especificações, quantidades e preços.
Anexo II – Modelo de Projeto de Venda.

26. DO FORO

- 26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Santo Antônio/AL para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Barra de Santo Antônio/AL, 28 de abril de 2026.

Edilinei Erik Simão da S Alves
Nutricionista Responsável técnica
CRN6 – 16065



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA |
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

De acordo

Alessandra da Silva Costa
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II – MODELO DE PROJETO DE VENDA

MODELO DE PROJETO DE VENDA DE ALIMENTOS GRUPO FORMAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO FORMAL					
1. Nome do Proponente		2. CNPJ			
3. Endereço		4. Município/UF			
5. E-mail		6. DDD/Fone		7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco	10. Agência Corrente	11. Conta Nº da Conta	
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF		17. DDD/Fone	
18. Endereço		19. Município/UF			
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município/UF	
4. Endereço				5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail			7. CPF		
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA |
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/E-mail:		



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE ALIMENTOS GRUPO INFORMAL
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE							
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº							
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES							
GRUPO INFORMAL							
1. Nome do Proponente				2. CPF			
3. Endereço			4. Município/UF			5. CEP	
6. E-mail (quando houver)				7. Fone			
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não				9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone	
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES							
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2. CPF		3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC							
1. Nome da Entidade			2. CNPJ			3. Município	
4. Endereço						5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail					7. CPF		
III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS							
1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade		6. Valor Total	
						Total agricultor	
						Total agricultor	
						Total do projeto	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).							
IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO							



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				Total do projeto:	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal			Fone/E-mail: CPF:	
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal			Assinatura	



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA |
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE ALIMENTOS FORNECEDOR INDIVIDUAL
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº xx/20xx				
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR				
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL				
1. Nome do Proponente		2. CPF		
3. Endereço			4. Município/UF	5. CEP
6. Nº da DAP Física			7. DDD/Fone	8. E-mail (quando houver)
9. Banco	10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente	
II- Relação dos Produtos				
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*	
			Unitário	Total
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).				
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE xxxxx		CNPJ xxxxxx	Município xxxxx	
Endereço			Fone	
Nome do Representante Legal: xxxx			CPF xxxxxx	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data: _____/_____/20xx		Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO III

Declaração conforme artigo 36, § 3º, inciso VI da Resolução FNDE/CD nº 06/2020, de 08/05/2020

Referência: Chamada Pública nº xxx/2026 - SME

xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, com sede na cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxxxx, à Rua xxx, nº, Bairroxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (endereço), DECLARA, para os devidos fins que os produtos fornecidos à Prefeitura Municipal do Barra de Santo Antônio destinado à Merenda Escolar são de produção própria de nossos associados.

Por ser expressão da verdade, firma o presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

.....
(Local e data)

.....
(representante legal)



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA |
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE INDIVIDUAL DE APTIDÃO AO PRONAF -
DAP/ANO E DECLARAÇÃO DE DAP PRINCIPAL**

Referente ao Chamada Pública nº **xx/2026 - SME**

....., inscrita no CNPJ nº, com sede na cidade de, Estado de, à Rua, nº, Bairro , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, DECLARA, que atenderá ao limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, de R\$ (xxxxxxxxxxxxxx) reais por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do programa nacional de alimentação escolar.

Declaro ainda que a DAP de todos os associados que fazem parte do projeto de vendas se referem à DAP Principal.

.....
(Local e data)

.....
(representante legal)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE NORMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Referência: Chamada Pública nº XX/20XX - SME

....., inscrita no CNPJ nº, com sede na cidade de, Estado de, à Rua, nº, Bairro , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, DECLARA, para os devidos fins que irá atender as normas da vigilância sanitária quando da entrega dos produtos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

.....
(Local e data)

.....
(representante legal)



GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA |
DE SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO NO INC XXXIII DO ART. 7º DA C.F

A _____, inscrita no CNPJ ____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

.....
(Local e data)

.....
(representante legal)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

ANEXO VII- MINUTA DE CONTRATO

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº/....., QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO E A XXXXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DO BARRA DE SANTO ANTÔNIO/AL, entidade de direito público interno, com sede na Av. Pedro Cavalcante, nº 617 - Centro, Barra de Santo Antônio /AL, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.262.713/0001-02, representado pela Prefeita Municipal, a senhora xxxxxxxxx, inscrita no CPF nº xxxxxxxxx, concomitantemente com a da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada pelo Secretário da Pasta, Sr. XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, XXXXXXXX sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com a Chamada Pública n.º xx/2026 – SME e, ainda, no projeto de venda da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas nas disposições Lei nº 11.947/2009, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de cooperativas/agricultor para Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2026, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação de Barra de Santo Antônio/AL, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se à Chamada Pública identificado no preâmbulo, e ao Projeto de Venda, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12(doze) meses, com início na data da sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, conforme natureza do objeto descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1– O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

3.2 – O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 – OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 – O início para entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pelo gestor do contrato, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade prevista no edital ou até 12 meses, podendo ainda ser prorrogado a critério da Administração, caso não venha a adquirir a quantidade total prevista no prazo supracitado.

5.2 – A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública nº 01/2026-SME.

5.3 – O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 – Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ xxxxx(xxxxxx), conforme planilha abaixo:

XXXXXXXXXX

6.2 – O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1 – No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

XXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA NONA:

9.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos do subitem 6.2, e após a tramitação do processo para a instrução de liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente as entregas.

9.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos com apresentação de documento fiscal.

10.2 Juntamente com a Nota Fiscal, deverão ser apresentadas as seguintes certidões de regularidade:

- a) Consulta CNPJ, quando for o caso;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão de Débitos Trabalhistas;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1 O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1 Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13.1 O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para a comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1 O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse particular poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

16.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1 O presente contrato rege-se, ainda, pelo **Chamada Pública n.º 01/2026**, pela Resolução CD/FNDE n.º 06/2020, Resolução n.º 21/2021 e pela Lei n.º 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais, nos termos da lei vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

21.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, pelos correios e/ou por e-mail, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

22.1 Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício,



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

consoante Cláusula Vigésima Primeira, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

23.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até a entrega total dos produtos ou até 12 meses após assinatura, podendo ainda ser prorrogado a critério da Administração, caso não venha a adquirir a quantidade total prevista no edital no prazo supracitado, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

24.1 É competente o Foro da Comarca de Barra de Santo Antônio para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Barra de Santo Antônio, ... de de 2026

XXXXXXXXXXXX

Prefeita

MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX

Representante Legal

Cooperativa

CONTRATADA